

**Estudos sobre um acontecimento:  
a quem pertence a morte dos Yanomami?**

*Studies on an event:  
to whom does the death of the Yanomami belong?*

Marcelo Almeida DUARTE<sup>1</sup>  
Pedro Pinto de OLIVEIRA<sup>2</sup>

### Resumo

O objetivo do artigo é apreender e refletir sobre como os portais de notícias G1 e a Gazeta do Povo enquadraram, administraram e organizaram, por intermédio do discurso jornalístico, as fotografias dos indígenas Yanomami em estado de desnutrição, registrados pela *Urihi Associação Yanomami*, oferecendo, assim, diferentes modos de inteligibilidade para o evento. Nossa problematização parte das perguntas condutoras: como e quais quadros de sentidos são convocados pelo G1 e pelo Jornal Gazeta do Povo, nas matérias de dezembro de 2022 e janeiro de 2023, para que as imagens dos indígenas, ao mesmo tempo, tivessem proeminência na encarnação discursiva do acontecimento e fossem os elementos interpretativos principais? Nossa fundamentação incorpora com os conceitos de “acontecimento” (Quéré, 2005; 2012), da noção de “enquadramento” (Goffman, 2012), do contexto na perspectiva pragmatista, além da noção de “discurso” (Charaudeau, 2013; Foucault, 2014). O movimento metodológico adotado é a individuação do acontecimento (Quéré, 2011).

**Palavras-chave:** Acontecimento. Enquadramento. Povo Yanomami. Imagem. Mídia.

### Abstract

This article aims to apprehend and reflect upon how the G1 and Gazeta do Povo news portals framed, managed, and organized photographs of Yanomami indigenous people in a state of malnutrition, as documented by the Urihi Yanomami Association. Through journalistic discourse, these portals provided different modes of intelligibility for the event. Our inquiry is guided by the following questions: How and which frames of meaning are invoked by G1 and Gazeta do Povo in their December 2022 and January 2023 articles, allowing the images of the indigenous people to simultaneously have prominence in the discursive embodiment of the event and serve as the main interpretative elements? The theoretical foundation of this study incorporates the concepts of "event" (Quéré, 2005; 2012), the notion of "framing" (Goffman, 2012), the contextual perspective

---

<sup>1</sup> Mestrando em Comunicação e Poder pelo PPGCOM – UFMT. Linha: Estéticas e Narrativas.  
E-mail: almeidamarceloduarte@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós Doutor em Comunicação e Artes na Universidade da Beira Interior (UBI), Covilhã/Portugal. Professor do PPGCOM – UFMT e PPECCO – UFMT. E-mail: ppo@terra.com.br

within pragmatism, and the concept of "discourse" (Charaudeau, 2013; Foucault, 2014). The chosen methodological approach involves the individuation of the event (Quéré, 2011).

**Key words:** Happening. Framing. Yanomami people. Image. Media.

## Introdução

A comunidade indígena Yanomami se estende por toda a região do Surucucu (fronteira entre o Estado de Roraima, Brasil, e o Parque Nacional Parima Tapirapecó, Venezuela). Ao longo dos anos, os Yanomami vêm recebendo apoio de diversas associações, entre elas, a *Uhiri Associação Yanomami* — doravante expressa no texto como Associação — que buscou, por meio de registros de imagens fotográficas, dar tanto visibilidade à exploração predatória da floresta por parte dos “brancos” quanto à consequente condição degradante dos povos originários da região do Surucucu. Recentemente, a Associação denunciou o descaso do governo federal brasileiro no combate à pandemia de Covid19 nas comunidades indígenas, além de destacar as ininterruptas atividades do garimpo ilegal no território. Desta forma, através de estratégias comunicacionais, a associação lançou luz sobre a condição de desnutrição que agrava a população Yanomami decorrente de fatores econômicos, políticos e históricos.

Em dezembro de 2022, a Associação fotografou crianças e idosos em condições graves de desnutrição. Essas fotografias ganharam uma dimensão compassiva nacional ao revelar tanto o estado físico-corporal dos indígenas Yanomami quanto ao caráter aterrorizador da extinção de um povo inteiro. Entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023, ocasião, portanto, da divulgação das fotografias, os jornais brasileiros disputaram formas de descrever e contextualizar aquilo que se via nas imagens. Sabe-se que, desde a emergência da extrema-direita e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, o Brasil vive disputas de narrativas radicais que buscam organizar os sentidos da política brasileira. Outubro e novembro de 2022 foram meses cruciais para essas disputas, posto que estavam em jogo as eleições presidenciais mais polarizadas da história nacional. Dessa forma, alguns jornais tomavam as fotografias como a evidência da irresponsabilidade do hoje ex-presidente Jair Bolsonaro, enquanto outros buscavam uma origem da desnutrição voltando-se à política econômica e ambiental do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2006).

Dentre os inúmeros jornais, o portal de notícias do Grupo Globo, G1, e o Jornal Gazeta do Povo, do Grupo Paranaense de Comunicação chamaram a atenção dos autores deste artigo ao oferecer uma cobertura diária do caso “Yanomami” e, acima de tudo, por se valer amplamente das fotografias da associação. A disputa de narrativas desses dois veículos buscava enquadrar o acontecimento morte na terra Yanomami na medida que apresentavam possíveis culpados para tal situação, nos meses de dezembro e janeiro, ambos os veículos noticiaram a questão Yanomami partindo de enquadramentos específicos. É no bojo desse contexto que os jornais passaram a dar sentido às fotografias disponibilizadas pela associação, constituindo uma linha temporal para significar a situação Yanomami.

A questão central do nosso estudo é analisar quais quadros de sentidos são convocados pelo G1 e pelo Jornal Gazeta do Povo, nas matérias de dezembro 2022 e janeiro de 2023, para que às fotografias dos indígenas, ao mesmo tempo, tivessem proeminência na encarnação discursiva do acontecimento e fossem os elementos interpretativos principais.

Junto a essa ideia, outras questões também se abrem. No que diz respeito ao encadeamento temporal: de que maneira a temporalidade é encarnada nos jornais? Qual passado, presente e futuro são evocados pelo acontecimento e de que forma eles se apresentam nas matérias? No que diz respeito ao encadeamento narrativo: quais argumentos, estilos retóricos, discursos e atores sociais emergem nos jornais para apontar a culpabilidade de determinados atores sociais? Essas questões, sem dúvida alguma, não esgotam a profundidade do problema de pesquisa, mas visam traçar um caminho de investigação.

O objetivo do artigo é descrever e compreender como os portais de notícias G1 e a Gazeta do Povo enquadraram, administraram e organizaram, por intermédio do discurso jornalístico, às fotografias dos indígenas em estado de desnutrição, oferecendo, assim, diferentes modos de inteligibilidade para o acontecimento. Acreditamos que essa pesquisa seja importante para a área e para o ofício jornalístico, uma vez que permite esclarecer o processo comunicacional de transformação do acontecimento em forma discursiva ao atribuir-lhe uma dimensão pública. Através do *corpus* de análise, reflete-se como os jornais, ao reportar um “fato”, estabelecem uma ordem discursiva para o qual seus leitores imaginados possam buscar esquemas de inteligibilidade e referenciais de identificação. Tais esquemas não são da ordem individual, mas repousam na cultura.

Esperamos que este trabalho científico também possa oferecer uma compreensão da “comunicação” mais pragmatista e que justifique estudos vindouros a partir de sua dimensão prática, fugindo de concepções representacionistas (como se os fenômenos presentes no mundo tivessem sentidos apriorísticos, cabendo à comunicação apenas representá-los) ou instrumentalista (nível de simples mensageira de informações). Ainda que essas concepções sejam interessantes, elas oferecem pouco ao problema de pesquisa. Na perspectiva pragmática, a comunicação é pensada no aspecto constitutivista das relações sociais, abrindo ações possíveis aos sujeitos uns sobre os outros e sobre o acontecimento.

### **Procedimentos metodológicos**

Nosso primeiro contato com a cobertura jornalística sobre o povo Yanomami ocorreu em janeiro deste ano, quando soubemos que *Urihi Associação Yanomami* divulgou amplamente por meio de registros fotográficos a condição dos Yanomami, dando visibilidade nacional a situação dos indígenas. Decidimos analisar as reportagens sobre o caso e vimos que o jornal G1 e a Gazeta do Povo apresentavam enquadramentos distintos para justificar a situação dos Yanomami. Além disso, percebemos que o jornal G1 e a Gazeta do Povo, haviam explorado tanto a situação dos Yanomami quanto o uso das fotografias da associação com mais profundidade que outros veículos jornalísticos.

A partir desses três critérios de seleção expostos acima (1. *tema*; 2. *importância nacional*; e 3. *veículo jornalístico*), decidimos, então, explorar o percurso das fotografias dos indígenas no portal de notícias G1 e Gazeta do Povo e observar as mudanças na produção de sentidos. Como recorte espaço-temporal do trabalho, decidimos analisar o momento em que as fotografias aparecem no G1 (reportagem *Novas imagens expõem crianças com desnutrição severa na Terra Yanomami*, 09 de dezembro de 2022) e na Gazeta do Povo (*Denunciada há décadas, desnutrição dos Yanomami foi alvo de CPI no governo Lula*, 24 janeiro de 2023). Para atender ao problema de pesquisa, foi preciso escolher essa amostragem, de modo a identificar, por comparação, as mudanças no quadro de sentidos que reorganizaram o acontecimento.

## Perspectiva pragmatista do acontecimento e os quadros de sentido

Trabalhamos com os conceitos de “acontecimento” (Quéré, 2005; 2012), da noção de “enquadramento” (Goffman, 2012), do contexto na perspectiva pragmatista, além da noção de “discurso” (Charaudeau, 2013; Foucault, 2014). O ensaio *El patrón de la investigación* [A teoria da investigação], escrito pelo filósofo pragmatista clássico John Dewey em 1938 (Dewey, 2000, p. 57), reflete sobre a natureza existencial do acontecimento<sup>3</sup>: “se não tivermos em mente a diferença entre mudança existencial, enquanto algo puramente existencial e enquanto objeto de julgamento, a natureza do acontecimento se torna um mistério inexplicável” (Dewey, 2000, p. 59). Nessa linha de pensamento, Louis Quéré (2005; 2012) observa que o acontecimento possui uma dupla vida. A primeira vida é a existencial, ocorrendo no campo dos afetos e das emoções. Essa primeira vida é marcada por mudanças contingentes materializadas ao nosso redor. Percebemos de modo primário tais mudanças através da experiência direta. Para Quéré (2012), essa qualidade primeira do acontecimento não pode ser considerada um “objeto no discurso”, mas antes algo viçoso, novo, original, imediato. A segunda vida do acontecimento é a sua passagem de fenômeno existencial para objeto de conhecimento. Uma passagem da natureza para a cultura, na continuidade da ação. Aqui, o acontecimento objeto é o recorte do fluxo de mudanças, isolando-o em um contexto, onde se visa investigar a sua determinação.

O acontecimento em sua segunda vida implica na sua inscrição como objeto de pensamento e objeto de possibilidade de significação pela cultura. É neste ponto que a comunicação, pensada pela via pragmatista, revela a dimensão prática do acontecimento. De acordo com Quéré (2012), a comunicação não só se contenta em anunciar os acontecimentos, em nomeá-los e em fixá-los em rótulos, mas também se ocupa da significação dos acontecimentos, tornando-os algo a qual estamos conscientes da existência. Ao significar o acontecimento, inserindo em discurso, conseqüentemente se instaura uma temporalidade onde é possível delimitar uma série de correlações. O discurso não é simples cadeia de palavras (léxico e sintaxe); não é uma frase transparente

---

<sup>3</sup> Autores como Dewey e Mead, pragmatistas clássicos, pensam o acontecimento como o que vem de fora, o que emerge, o que acontece a alguém ou a um grupo. O acontecimento é o que afeta a experiência cotidiana. Reconhecemos que existem várias abordagens disciplinares e definições do conceito de acontecimento, como no pós-estruturalismo. Neste trabalho, optamos pela perspectiva pragmatista. Textualmente, optamos por usar como sinônimo de acontecimento o termo “evento”, evitando, assim, repetições que atrapalhem a leitura.

que traz em si uma conformidade natural com o acontecimento que designa. O discurso, segundo as pistas da filosofia da linguagem<sup>4</sup>(Charaudeau, 2013; Foucault, 2014a; Maingueneau, 2015) compreende os modos históricos de produção de sentido e de sua organização.

Assim como o acontecimento objeto é uma ordenação discursiva, também o tempo (passado, presente e futuro) é produzido. O pragmatista George Herbert Mead (2008), no livro *La filosofia del presente* [A filosofia do presente], diz que o acontecimento é uma emergência capaz de reordenar o espaço-tempo. O passado e o futuro sofrem alterações em decorrência da ruptura do presente como o evento inédito. Dessa forma, o passado não é absoluto; o passado é sempre passado de um presente experimental. Com efeito, na medida que um presente diferente se instaura, um passado diferente também é instaurado (Quérel, 2005). Para Mead (2008), junto à emergência do acontecimento nasce tanto o seu passado — entendido como o que condicionou o aparecimento do acontecimento — quanto o seu futuro — entendido como quais significados podemos dar e qual a previsibilidade para controlar a sua aparição.

Com base na nossa visada conceitual, a primeira reportagem (09/12/2022) do *corpus*, consideramos como primeira vida do acontecimento o apagamento da existência de um povo originário. Somos convocados pelo texto jornalístico a lidar com um evento que emerge em nosso presente provocando uma descontinuidade. A segunda vida desse acontecimento é comunicada como “crise humanitária”, possibilitando a inscrição do evento na ordem do discurso, da intervenção, do debate e da análise. Essa segunda vida descrita como “crise humanitária” atribui uma identidade ao acontecimento. Na segunda matéria (24/01/2024) do *corpus*, por seu turno, a primeira vida do acontecimento é comunicada como a morte de uma etnia, tal como o G1, a intenção é inscrever o acontecimento no discurso e no debate. Todavia, a segunda vida desse acontecimento é descrita como “situação caótica histórica”. Há forma como se comunica a segunda vida do acontecimento, acarreta diferentes tomadas de ações, políticas e condutas.

---

<sup>4</sup> Reconhecemos as diferenças entre a abordagem pragmática da linguagem e a abordagem crítica do discurso, especialmente as abordagens francesas desta última. Maingueneau (2015) lembra, todavia, que a partir dos anos 90 as ciências da linguagem passaram a ter um caráter interdisciplinar, tendo contribuição de várias áreas do saber, tal como a filosofia pragmática, a sociologia, a antropologia. Em nosso caso, usamos a noção de discurso como produção de sentido a partir de repertórios historicamente dados pela cultura.

Para Goffman (2012), dispomos de quadros de sentidos que nos ajudam a compreender o que se passa em um determinado momento. Os quadros são estruturas cognitivas convocadas para tornar uma certa situação inteligível e administrável. Para o autor, os quadros são um conjunto de especificações com a função de organizar os acontecimentos sociais e a nossa relação subjetiva com estes. Quando nos deparamos com determinadas situações, buscamos nas significações coletivamente compartilhadas qual enquadramento conforma tal momento e, por conseguinte, qual conduta devemos adotar em relação àquela situação. Esses quadros de sentidos não são concebidos individualmente; eles se dão na interação social, sediada na cultura. Enquanto o jornalismo é uma prática social e discursiva, ele recorre a quadros de sentidos dessa mesma cultura para compreender a situação dos Yanomami e, assim, oferecer uma linha de inteligibilidade ao seu leitor.

A professora Anabela Gradim (2021) para falar de enquadramento recorre ao termo *framing*. Para Gradim (2021) entre as definições possíveis de *framing*, a mais usada é a que define o conceito como: selecionamento de determinados aspectos da realidade, os tornando comunicáveis, promovendo um enquadramento particular de um determinada situação. Dessa forma, ao comunicar a situação dos Yanomami, o G1 e a Gazeta do Povo, convidam seus leitores imaginários a observarem a morte à luz de um determinado enquadramento oriundo da nossa cultura. Gradim e Rocha (2020) apontam que o enquadramento emerge de um processo de implicação e construção recíproca, do ponto de vista do indivíduo, manifestar-se cognitivamente ou culturalmente. Para os autores, *frames* cognitivas dirigem-se à orientação para pensar um fenômeno, por intermédio da atenção dirigida. Por outro lado, os *frames* culturais, capturam e explicam a realidade social em um horizonte cultural alargado e partilhado.

Goffman (2012) deixa claro que as interações não são estáticas; em uma determinada situação, existem variações das ações em curso. Mas, para o autor, ao recorrermos à cultura, conseguimos colocar em destaque alguns quadros específicos a fim de organizar a experiência diante daquela interação em movimento. Dessa forma, determinados quadros podem adquirir primados sobre outros. Goffman propõe como quadros primários aqueles de ordem natural e social. Todavia, nosso interesse reside nos quadros primários sociais, pois estes agem como pano de fundo para compreensão do acontecimento. Os quadros primários sociais permitem entender objetivamente determinadas ocorrências e, posteriormente, descrever quais engajamentos são possíveis.

Os quadros são construídos e modificados socio-contextualmente e são, portanto, a centralidade da intersubjetividade de uma dada coletividade.

Apesar do contexto ser constantemente ignorado, Pogrebinschi (2005) lembra que ao analisar o acontecimento o contexto não pode ser esquecido, pois seu negligenciamento acarreta uma falsificação das análises. Para Cornelis de Waal (2007), em sua análise de base *deweyana*, todo conhecimento a respeito de um determinado acontecimento é contextual. Ou seja, os múltiplos quadros de sentidos dados pela cultura devem ser considerados no contexto a qual são convocados. Como um acontecimento é enquadrado pode levar a diferentes investigações. Em nosso caso, não se pode considerar o jornalismo — e sua produção de sentido através dos quadros primários sociais — como exterior à situação a qual ele comunica. O enquadramento dos jornais considera o contexto em que se desenrolaram os acontecimentos: garimpo ilegal, fome, desvio de verbas, etc.

À vista disso, a premissa é de que o acontecimento só possui inteligibilidade nas práticas sociais. O discurso, como prática social, e em suas variações, tal como o jornalismo, atribui linearidade, ligações com outros eventos e significados, extrapolando o campo dos afetos e da sensibilidade. Todo discurso convoca quadros de sentidos que incluem referenciais e exclui outros. Para Foucault (2014b) o discurso não apenas constrói o conhecimento como também o regula. Dessa forma, a descrição das imagens tem a pretensão de moldar e posicionar a compreensão do leitor.

Para análise das duas reportagens e a compreensão da instituição dos quadros de sentidos, valemo-nos das etapas de individuação do acontecimento (Quéré, 2011). O relato de um acontecimento implica organizá-lo de uma certa forma, atribuindo a ele um sentido, tornando-o compreensível ao público e lhe instaurando um atributo identitário que permita separá-lo dos demais em razão da sua especificidade. Para Quéré, esse processo de individuação é nada mais que o esforço para atribuir uma identidade ao acontecimento e inscrevê-lo no cotidiano dos indivíduos. A individuação torna possível a reflexão e o julgamento do acontecimento por parte dos sujeitos. Dessa forma, a individuação é antes um processo coletivo de socialização do acontecimento do que uma recepção passiva e inerte por parte do público.

Usando o procedimento de individuação proposto por Quéré (2011), enquanto grade analítica, debruçamo-nos sobre as duas reportagens da seguinte forma:

- a) observar a descrição: onde ocorre a categorização do acontecimento;



b) observar a narrativização: adequação do acontecimento em um modelo temporal;

c) observar o pano de fundo pragmático: atribuição de um sentido concreto e perceptível;

d) observar a caracterização como um problema público: a revisão do acontecimento enquanto desencadeador de uma problemática de ordem pública; e, por último,

e) observar a normalização: a minimização da contingência do acontecimento e o seu enquadramento na tessitura social cotidiana, tornando-o senão um evento previsível, ao menos possível com base nos elementos dispostos à sua probabilidade de emergência.

### Os quadros de sentidos

Neste tópico, analisamos o processo de individuação do acontecimento e os quadros de sentidos convocados em cada uma das reportagens. O propósito é mostrar e enfatizar as diferenças entre os enquadramentos. Salientamos, todavia, e como se verá adiante, que apesar de buscarem enquadramentos distintos, as duas reportagens em determinados momentos se valem dos mesmos quadros. Essa repetição de quadros de sentidos não é um equívoco, ela evidencia o movimento de administração das potencialidades do acontecimento em uma linearidade. Primeiro, analisamos o processo de individuação da reportagem do dia 09/12/2022 (*Novas imagens expõem crianças com desnutrição severa na Terra Yanomami*) Em seguida, analisamos a reportagem do dia 24/01/2023 (*Denunciada há décadas, desnutrição dos Yanomami foi alvo de CPI no governo Lula*).

### Descrição da reportagem do dia 09/12/2022<sup>5</sup>

A reportagem “Novas imagens expõem crianças com desnutrição severa na Terra Yanomami” a *descrição* (onde ocorre a categorização do acontecimento) se dá no quadro de sentido nomeado “saúde pública”. Ao filiar o acontecimento dentro desse enquadramento, a reportagem permite uma inteligibilidade específica sobre a situação do

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/tr/roraima/noticia/2022/12/09/novas-imagens-expoem-mais-uma-vez-casos-criancas-com-desnutricao-severa-na-terra-yanomami.ghtml>. Acesso em 28/05/2023 às 16h19.

povo Yanomami. Todavia, a escolha desse quadro de sentido para descrever o acontecimento não é sem justificativa. Ela se baseia no contexto e nos valores predominantes atualmente na sociedade.

Ao colocar o enunciado “Problema crônico na reserva foi revelado em novembro do ano passado pelo Fantástico e g1” em destaque, o jornal tem em vista enquadrar as imagens como prova de que os indígenas foram abandonados pelas instituições governamentais e pela política brasileira. Ao apontar no título “novas imagens”, o jornal também indica que a temporalidade é um *continuum*, em que não há separação nítida dentro da *narrativização* (adequação do acontecimento em um modelo temporal) entre eventos passados e o acontecimento. Afinal, as novas imagens não marcam um novo momento, mas dão ênfase à tragédia pública em curso antes mesmo da obtenção do registro fotográfico. O “novo”, portanto, é o *mesmo*, duplamente inscrito no passado: evidência e duração.

O *pano de fundo* (atribuição de um sentido concreto e perceptível) a qual as imagens são alocadas situará o leitor no cenário do garimpo ilegal e do conflito armado presente na região do Surucucu. Esse estofo acolhe a caracterização do acontecimento (*descrição*) e suscita determinadas ações dos indivíduos, de modo que a interpretação das fotografias, doravante atreladas ao garimpo, corrupção e violência, gera reações que já são inteligíveis e habituais na sociedade. Estas são de ordem da indignação, da violência e da sensação de injustiça, movimentando diversos setores da sociedade e instituições, tal como intelectuais, artistas, jornalistas, políticos, *Urihi Associação Yanomami* e entre outras.

No processo de individuação, tanto o caráter de *problema público* e a *normalização* (enquadramento na tessitura social cotidiana) do acontecimento passam do específico para o geral. Ao tratar o caso dos Yanomami como uma condição decorrente da negligência das instituições e da corrupção, a situação particular dos indígenas se inscreve em algo comum à sociedade brasileira, de conhecimento cotidiano dos leitores do portal de notícia G1. Isso fica evidente no enunciado “em novembro, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal (MPF) realizaram uma operação contra uma fraude na compra de remédios destinados ao Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (Dsei-Y)”. O jornal denunciou a condição debilitante dos indígenas em uma relação problemática muito mais ampla, por ser a corrupção possibilitando, a falta de remédios e a exploração mineral ilegal pelos garimpeiros. Como mostra o enunciado “em 2020, o

ano da pandemia, o garimpo ilegal avançou 30% na Terra Yanomami. Só o rio Uraricoera concentra 52% de todo o dano causado pela atividade ilegal”.

Ao datar o ano de 2020 como o período de maior avanço do garimpo ilegal, o jornal convoca indiretamente o leitor a rememorar quem era a autoridade responsável por combater esse tipo de prática em terras brasileiras. Na ocasião, o ministro do meio ambiente Ricardo Salles foi acusado de ter uma relação amigável e próxima com garimpeiros e madeireiros. Por fim, a situação dos Yanomami é inserida em uma rede de explicação maior, como a crise humanitária. O que permite a reflexão, apontamentos e debates, pois a crise humanitária é um assunto cotidiano e relevante para o Brasil e o mundo. O G1, portanto, para enquadrar o acontecimento, imprime-lhe ligações que partem de sentidos locais até sentidos mais globais, de modo que é impossível apreender as fotografias sem passar pelas dimensões micro e macro que as enredam.

### **Descrição da reportagem do dia 24/01/2023<sup>6</sup>**

A reportagem “*Denunciada há décadas, desnutrição dos Yanomami foi alvo de CPI no governo Lula*” também *descreve* o acontecimento Yanomami no quadro de sentidos nomeado “saúde pública”. Porém, referente à *narrativização*, ocorre uma mudança na temporalidade: o jornal aponta uma temporalidade cronologicamente marcada em 1991, como é possível observar no trecho “desde 1991, a “situação caótica” dos Yanomami vem sendo documentada”

O *pano de fundo*, a qual as imagens são amarradas, é descrita como continuidade dos problemas das gestões anteriores, o jornal convoca o leitor a observar um cenário histórico e anterior ao governo Bolsonaro de avanço do apagamento dos Yanomami: “em 1999, o índice de mortalidade infantil entre os yanomami era também alarmante: 141 mortes por mil pessoas, dez vezes maior que os números registrados em grupos atendidos pela Pastoral da Criança, que é de 13,7 óbitos por mil”.

Enquanto *problema público*, a Gazeta do Povo inscreve a situação dos indígenas na problemática de acesso às aldeias por parte das instituições públicas como Funai e os órgãos de saúde e a chegada de outros Yanomami oriundos da Venezuela. Sabemos que no Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS), apesar de ser público e gratuito, não abrange

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/denunciada-ha-decadas-desnutricao-dos-yanomami-foi-alvo-de-cpi-no-governo-lula/> Acesso em 29/05/2023 às 18h

todas as regiões brasileiras. A partir desse contexto, a reportagem mostra que o governo do presidente Bolsonaro não pode ser culpabilizado pela falta de acesso dos indígenas aos programas de saúde. O jornal traz o seguinte enunciado: “o governo Bolsonaro [...] homologou as pistas de pouso para melhorar o acesso a essas regiões e para levar atendimento aos indígenas. Isso foi algo que nenhum outro governo fez”. Para o jornal, o problema *público*, está ligado a uma culpabilidade histórica e com proeminência nos governos petistas “em uma das audiências realizada em 2008, foi mencionado que “os Yanomami estavam morrendo de malária, sofrendo de complicações oculares da oncocercose, de toxoplasmose”, mas não estavam recebendo a devida atenção”.

Por meio de números e registros, o jornal relaciona a mortalidade indígena com a falta de assistência médica provocada por governos anteriores a gestão bolsonarista: “no ano de 2004, o ISA destacou o “retrocesso na política de atendimento à saúde indígena” e lembrou “as frustrações dos povos indígenas no primeiro governo de Lula”. Enquanto *normalização* o jornal insere a situação dos Yanomami em um quadro histórico de negligência por parte dos governos anteriores, em especial os governos petistas. Para tal, recorre a diferentes vozes, como o Instituto Socioambiental (ISA) “no Acervo ISA, consta uma ‘cronologia do genocídio’ enfrentado nos territórios dessa etnia”. Ao buscar uma cronologia para a situação Yanomami, o jornal visa normalizar o acontecimento numa linha histórica de descaso governamental com alinhamento aos blocos de esquerda.

### **Considerações finais**

A proposta deste artigo foi demonstrar como a emergência de um acontecimento pode alterar a discursividade jornalística sobre determinada situação. Especificamente, buscou-se responder quais quadros de sentidos são convocados pelo G1 e pelo jornal Gazeta do Povo, nas matérias de dezembro 2022 e janeiro 2023, para que às fotografias dos indígenas, ao mesmo tempo, tivessem proeminência na encarnação discursiva do acontecimento e fossem os elementos interpretativos principais. A resposta encontrada durante a investigação é que o G1 apresenta uma culpabilidade direcionada ao governo Bolsonaro e seus agentes (ministros). Por outro lado, o jornal Gazeta do Povo aponta uma interpretação nas quais as imagens vêm sendo usadas pela gestão Lula para atacar o antigo governo.

No que diz respeito ao encadeamento temporal: de que maneira a temporalidade é encarnada nos jornais? Concluímos que no jornal G1 a temporalidade é um tempo *continuum* em que não há separação nítida entre eventos passados e o acontecimento, para o jornal a Gazeta do Povo a temporalidade é cronologicamente marcada e fixa um passado capaz de ser conhecido e convocado pelo leitor para compreender a situação Yanomami.

Qual passado, presente e futuro são evocados pelo acontecimento e de que forma eles se apresentam nas matérias? Na matéria do G1, o passado, presente e futuro convocados para contextualizar a situação dos indígenas fazem diálogo com questões políticas. O passado do acontecimento é um passado político, o presente é o resultado das omissões do Estado brasileiro com os indígenas e o futuro é inscrito como uma possibilidade de repetição da “crise humanitária” caso não ocorra uma mudança na postura do Estado.

Para o jornal Gazeta do Povo, o passado do acontecimento é compreendido como um evento que deve ser compreendido em uma linearidade de péssimas gestões, o presente é marcado pela tentativa de culpabilizar o governo Bolsonaro pela situações adversas ocorridas com os Yanomami, o futuro é dito como uma estratégia da esquerda para manutenção das relações de poder ao fazer uso da condição desumana dos Yanomami.

No que diz respeito ao encadeamento narrativo: quais argumentos, estilos retóricos, discursos e atores sociais emergem nos jornais para apontar a culpabilidade de determinados atores sociais? No G1, os argumentos passam pela crise sanitária, a estilística retórica visa reforçar a condição desumana dos *Yanomami*, os discursos e atores sociais que ganham visibilidade ao comunicar a situação insustentável dos Yanomami, são atores com saber técnico que podem atestar a condição de crise humanitária dos *Yanomami* e a culpabilidade da gestão federal anterior. Como fica evidente na fala do procurador Alisson Marugal: “desde o ano passado vislumbramos muito claramente uma crise humanitária não só pela atividade de mineração ilegal, mas também, mas também pela falta de gestão da saúde Yanomami”.

O encadeamento narrativo por parte do jornal Gazeta do Povo, a estilística retórica, reforça não a situação desumana dos Yanomami, mas mostra que a culpabilidade atribuída ao ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, não coaduna com a realidade dos fatos. Os atores sociais convocados para reforçar essa ideia de uma culpabilidade forçada, aparece no enunciado: “as denúncias e os registros de casos de desnutrição e doenças

contagiosas em aldeias somam mais de 30 anos, conforme relatórios publicados por diversas ONGs, como o Instituto Socioambiental (ISA)” o jornal continua ao trazer o seguinte trecho: “inclusive, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Subnutrição de Crianças Indígenas foi instalada no ano de 2007, na Câmara dos Deputados, para investigar as mortes de crianças indígenas por subnutrição no país”. Além desses atores, o jornal convoca a fazer parte da narrativa a deputada indígena Sílvia Waiãpi (PL-AP), que foi secretária de saúde indígena na gestão bolsonarista, segundo a deputada: “associar esse problema ao governo Bolsonaro é a única forma de esconder a omissão dos governos passados”.

Como nossa abordagem comunicacional foi pragmatista, observamos a situação dos Yanomami através da perspectiva das interações sociais: de um lado, os quadros de sentidos depositados na sociedade e evocados pelos jornais e, de outro, os quadros de sentidos que servem de inteligibilidade para os leitores. Ou seja, nesse caso, a comunicação não é compreendida como representação do “acontecimento” (= fato), como se este possuísse uma significação *a priori* refletida ou transmitida pelo jornal. A sua construção como acontecimento se dá no próprio ato comunicativo. Outras perspectivas comunicacionais podem vislumbrar novas possibilidades de compreensão – Afinal, o acontecimento não se esgotou nesse breve texto.

## Referência

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2013

DE WAAL, C. **Sobrepragmatismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2007

DEWEY, J. El patrón de la investigación. In Dewey, J. **La miséria de la epistemología**. Madri: Biblioteca Nueva, 2000

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. São Paulo: Forense Universitária, 2014a

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014b

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012

GRADIM, A. O Contributo das Teorias de Framing para o Diálogo Intercultural. In: **Comunicação, cultura e sensibilidade: cadernos multimundos**/Benedito Dielcio Moreira, Pedro Pinto de Oliveira, Acllyse de Mattos (Orgs). Bagé, RS, 2021. 186p; v1.

GRADIM, A. Para uma leitura semiótica das teorias de framing: reinterpretando o enquadramento com base na categoria peirceana de terceiridade. In: **Revista Galáxia**

(35), 2017, p. 21-31. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/gal/a/8TNr88cwzFYPRzbb3FmjQBC/?lang=pt> Acesso em:  
10/09/2023

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015

MEAD, G. H. Emergencia e Identidad In: **La filosofía del presente**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2008, p.221 – 234

POGREBINSCHI, T. **Pragmatismo: teoria social e política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005

QUÉRÉ, L. **A individualização do acontecimento no quadro da experiência pública**. Lisboa: Caleidoscópio, v. 10, p. 13-37, 2011.

QUÉRÉ, L. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmático. In: **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. Cap. 1, p. 21-38.

QUÉRÉ, L. **Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento**. 2005 *Trajectos*, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, n. 6, p. 59-75, 2005.